



www.iese.ac.mz

Como conciliar a necessidade de alcançar sucessos rápidos e visíveis com processos de transformação social que são necessariamente lentos e profundos?

Carlos Nuno Castel-Branco
carlos.castelbranco@gmail.com

Conferência internacional *“O futuro da agenda global de desenvolvimento: visões para a CPLP”*

Organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian

Lisboa, 17 de Outubro de 2013

Primeira questão: como é que sucesso a curto e longo prazo podem estar ligados?

- ❑ Como estruturar a pergunta para poder tratá-la?
 - ❑ Toda a mudança implica um certo nível de transformação estrutural (social, económica e política) que ocorre em diferentes dimensões temporais. Logo, mesmo as mudanças de curto prazo ou são parte de, ou têm impacto num processo mais geral de transformação. Aliás, qual seria o ponto de tentar atingir “sucessos rápidos e visíveis” se não houvesse impactos duradouros? Qual seria o ponto de ter uma estratégia de transformação que não tivesse impactos a curto prazo?
 - ❑ Logo, a questão de fundo é a conciliação entre curto e longo prazos, e não da necessidade de sucesso rápido versus transformação estrutural. Todo o “sucesso” rápido de impacto imediato que não esteja concebido dentro de um quadro mais geral de transformação, ou acaba em fracasso ou tende a constrangir o longo prazo, por vezes de forma inesperada. Portanto, o que importa é relacionar “sucesso” a curto e longo prazo.

Primeira questão: como é que sucesso a curto e longo prazo podem estar ligados?

- ❑ Conciliação entre estas dimensões temporais de sucesso efectivamente deve significar que curto e longo prazos são positivamente relevantes um para o outro (o presente para o futuro, o futuro para o presente) – as pressões, opções e escolhas referentes a cada um deles estão relacionadas. Na essência, as perguntas sociais a que respondem são as mesmas.
- ❑ Pelo que, naturalmente, a natureza e efectividade da conciliação entre as dimensões temporais diferentes de sucesso depende da escolha das medidas de sucesso – que perguntas estamos a fazer e qual é a sua relevância a curto e longo prazos? Esta escolha não é socialmente neutra nem independente das teorias sociais.

Primeira questão: como é que sucesso a curto e longo prazo podem estar ligados?

- Portanto,
 - Nem curto prazo pode ser gestão ad hoc de crises ou elementos soltos de conjuntura, sem destino e que comprometa o longo prazo;
 - Nem o longo prazo se pode limitar a um enunciado de ideias ou desejos gerais sem mais utilidade do que construir uma miragem de uma terra prometida qualquer que sirva para mais nada do que manter a sociedade mais ou menos com esperança no futuro.
- Logo, na essência, a questão e a tarefa social serão a mesma, para o curto e longo prazos, mas formuladas em dimensões temporais, ângulos e complexidades diferentes.

Primeira questão: como é que sucesso a curto e longo prazo podem estar ligados?

- [Nota: Na margem da (in)competência, seriedade, (des)(h)onestidade e possibilidades, o curto prazo é frequentemente tratado como mero objecto de gestão de conjuntura – de crise em crise até ao próximo curto prazo, como um bêbado sem destino que de poste de iluminação em poste de iluminação se vai mantendo em pé. Embora não saia do mesmo círculo de postes, como não tem consciência disso o bêbado pensa que está no caminho certo para o futuro e o progresso, porque vai andando, vai continuando em pé, encontrando sempre um poste onde se apoiar, logo a seguir a um bar. Na essência, nestas condições não existe longo prazo. “Sucesso” é ficar em pé, ou sobreviver, até ao próximo curto prazo ou ciclo de crise (até ao próximo bar ou poste). Embora haja caminhos que conduzam para fora da zona dos bares, todos os postes de iluminação, por imperativos de curto prazo, estão em torno dos bares. Logo, a necessidade de se apoiar num poste, a curto prazo, impede qualquer mudança de direcção na caminhada do bêbado. Caminhos alternativos não têm postes de iluminação, e os postes de iluminação não conduzem a caminhos alternativos. As vossas austeridades europeias e os nossos programas de ajustamento, ambos monetaristas e destinados a salvar o capitalismo financeiro e especulativo, assemelham-se a este bêbado.]

Segunda questão: Qual é o sucesso que tem consistência a curto e longo prazos?

- Este debate faz emergir a questão da definição/identificação de sucesso. Identificação de “sucesso” não é independente de ideologia nem neutra socialmente.
- Sucesso pode ser definido mais ou menos arbitrariamente em relação a indicadores isolados e, geralmente, agregados: taxas de variação de grandezas importantes (PIB, exportações, pobreza, etc.) ou índices de ajustamentos ou trajetórias quaisquer [controlo de uma variável importante como inflação ou o défice fiscal ou um índice de desenvolvimento (seja lá o que for que isso signifique) ou governação].

Segunda questão: Qual é o sucesso que tem consistência a curto e longo prazos?

- Este tipo de definição de sucesso não é muito útil para conciliar curto e longo prazos de forma consciente:
 - Cada indicador adquire relevância em si, e o “sucesso” (taxa de variação ou ajustamento) é válido independentemente de quaisquer outras considerações sociais, económicas e políticas.
 - Não é clara a natureza da relação entre o curto prazo e o longo prazos – prejudicam-se ou apoiam-se? E através de que canais? – pois esta relação depende das dinâmicas sociais, económicas e políticas associadas e esses sucessos, frequentemente secundarizadas em relação à magnitude do indicador.
 - Em sociedades diferenciadas, sucesso também reflecte essa diferenciação – estamos a falar de sucesso para quem?
- O ponto básico é que estas taxas de variação e índices não dão nenhuma informação que permita perceber os processos de transformação a curto ou longo prazo.

Segunda questão: Qual é o sucesso que tem consistência a curto e longo prazos?

- ❑ Isoladamente, estes indicadores são importantes sobretudo em contextos de supremacia do capital financeiro e de aborgagens neo-liberais, em que a expansão e rentabilidade do capital são os aspectos importantes, independentemente da sua estrutura e dinâmicas sociais, económicas e políticas. Se a economia, o consumo e o investimento expandem, isso é bom porque expandem as oportunidades de lucratividade do capital. A natureza social, económica e política dessa expansão não interessa. Uma economia com mais prédios de luxo e mais carros individuais pode ser melhor para o capital do que uma onde se produza comida barata para a massa da população mas onde as habitações para todos sejam básicas e os transportes para todos sejam públicos. Uma economia onde o acesso a serviços de saúde seja um negócio privado pode ser mais interessante para os bancos do que uma em que os serviços de saúde sejam um direito social.
- ❑ Neste quadro, estratégia, política e intervenção públicas são, frequentemente, não só constrangidas, mas mesmo determinadas por estas perspectivas e indicadores de sucesso, em todas as questões sociais, económicas e políticas importantes.

Segunda questão: Qual é o sucesso que tem consistência a curto e longo prazos?

- Uma perspectiva alternativa a estes indicadores é colocar uma questão de desenvolvimento válida para o curto e para o longo prazos, que esteja mais focada nos processos e transições transformativos do que apenas nas taxas de variação. Por exemplo, como elevar a eficácia do crescimento e transformação económico na resolução das demandas básicas da economia e da sociedade? Uma tal questão obriga a pensar nos processos sociais e económicos e nos canais de transmissão entre si, ao longo do tempo.
- Um caso poderá ajudar a concretizar este assunto.

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ Moçambique é hoje conhecido como uma “história de sucesso” por, entre outros, os seguintes factores: elevadas taxas de investimento com relativo sucesso na atracção de IDE; elevadas taxas médias de crescimento do PIB real *per capita* ($\pm 5,5\%$ ao ano) sustentadas ao longo de mais de uma década; inflacção agregada relativamente baixa para o tipo de economia (média anual de $\pm 7\%$ ao longo de mais de uma década); redução da pobreza absoluta de 69% para 54% em uma década e meia; redução da dependência do orçamento do Estado em relação à ajuda externa de mais dois terços para 40% em duas décadas pós-guerra. As exportações aumentaram rapidamente na última década, e tenderão a aumentar ainda mais aceleradamente, por via do desenvolvimento do complexo mineral-energético.
- ❑ Estaremos, então, na presença de uma economia em rápido desenvolvimento sustentado, promovida por um Estado de desenvolvimento em formação? Analisando os mesmos dados de outra forma podemos chegar a conclusões mais claras.

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ Em vez de perguntarmos quão depressa a economia tem crescido, podemos perguntar quão efectivo esse crescimento económico tem sido a resolver os problemas fundamentais da economia e da sociedade.
- ❑ Na última década e meia o PIB real *per capita* cresceu 5,5% ao ano, em média, e a pobreza, medida pela % da população abaixo de uma linha da pobreza, diminuiu a uma média de 1% ao ano. Portanto, a eficácia da economia moçambicana a reduzir pobreza é menor que a média das economias africanas no mesmo estágio de desenvolvimento. Pior, o último estudo da pobreza mostrou que quando a economia acelera, a sua eficácia em reduzir pobreza diminui, o que tem resultado no aumento do número de pobres em linha com o crescimento da população, na última década. Como se explica isto, mesmo quando a distribuição nominal do rendimento (medida pelo coeficiente de Gini) não se torna mais desigual? Vamos analisar alguns factores (ou canais de transmissão) fundamentais (deixando de lado as infundáveis discussões sobre a qualidade dos dados, sempre lançada pela parte mais “ofendida” por eles).

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ **Base produtiva e do investimento** – acelerado afunilamento, com concentração em produtos primários ou quasi-primários para exportação. Alumínio e gás (2 empresas com cerca de 2.000 trabalhadores ao todo) formam 2/3 do produto industrial e das exportações de bens e serviços. Alimentos, bebidas e tabaco e minerais não metálicos formam $\frac{3}{4}$ do restante 1/3 da produção industrial e exportações de bens e serviços, sendo 75% da produção destes sectores concentrada em tabaco (exportação em bruto), açúcar, cerveja e farinhas (dependentes de importações) e cimento. Isto é, mais de 90% do produto industrial é gerado por sensivelmente 20 empresas empregando pouco mais de 15 mil trabalhadores (dois terços dos quais no açúcar). Na última década e meia, cerca de 80% do investimento privado aprovado é relacionado com o complexo mineral energético e *commodities agrícolas* (florestas, tabaco, açúcar), quer directamente nessas actividades, quer nos serviços que as servem (transporte, finanças, construção e comércio). Apenas 10% desse investimento foi para a agricultura, mas, mais significativamente, apenas 1% do investimento privado total foi para a produção de alimentos, e apenas um terço disto foi para a produção de alimentos para o mercado doméstico. Logo, enquanto o PIB e o investimento privado cresceram depressa, a produção alimentar *per capita* diminuiu a uma taxa de quase 1% ao ano, e a capacidade de substituir importações e desenvolver ligações a montante e jusante da transformação de produtos agrícolas quase desapareceu.

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ ***Emprego*** – padrão de crescimento não é intensivo em trabalho porque depende de despesa social e do complexo mineral-energético e florestal, não sendo, nenhum deles, grande empregador. Além disso, a relativa escassez de bens e serviços básicos de consumo, *wage goods/services*, encarece a força de trabalho ou gera tensões sociais, o que reduz a oportunidade e o incentivo para uma economia intensiva em trabalho (algumas das indústrias mais intensivas em trabalho, como a açucareira, estão a avançar com estratégias de mecanização e redução de mão de obra para reduzir o poder do movimento laboral).
- ❑ ***Crescimento da produtividade do trabalho*** – limitada às, ou afunilada nas, áreas de expansão rápida (complexo mineral-energético + *commodities* agrícolas). Dado o limitado emprego, ganhos de produtividade são confinados a enclaves na economia.
- ❑ ***Poder de compra real das camadas de rendimento mais baixo*** – nos últimos 15 anos, a inflação dos bens e serviços básicos, em especial comida, foi 50% superior à inflação média na economia. Dado que as camadas mais pobres gastam nestes bens uma % do seu rendimento 3 vezes superior à das camadas de maior rendimento, a distribuição do rendimento real é altamente desfavorável às camadas de baixo rendimento. Enfoque na economia extractiva não permite resolver este problema.

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ ***Porosidade da economia*** (ou a sua capacidade de reter a riqueza gerada) – apenas 25% do valor acrescentado dos grandes projectos permanece em Moçambique, sobretudo para custos correntes desses projectos; reinvestimento de IDE ronda os 2,5%-5%; impostos sobre o rendimento do capital contribuem tanto para as receitas fiscais como os impostos sobre o rendimento do trabalho (num país com 54% da população considerada pobre), e ambos (impostos directos) são uma % ainda muito pequena das receitas do Estado. Quando a lucratividade dos grandes projectos diminui (por exemplo, recente crise dos preços de alumínio), o défice da balança de capitais melhora. Fuga de capitais (lícita + ilícita) \pm 6%-9% do PIB.
- ❑ ***Dívida pública doméstica*** (refinanciamento do Estado) – nos últimos 11 anos aumentou 15 vezes, sobretudo a relacionada com a venda de títulos e obrigações do Tesouro (como alternativa à tributação do grande capital), resultando em escassez de liquidez para investimento produtivo directo, encarecimento do capital para a economia como um todo e incentivo para um sistema financeiro especulativo.

Uma breve referência a Moçambique

- Este problema não é de natureza técnica. Necessário entender a economia política do processo de acumulação de capital e formação das oligarquias financeiras nacionais em estreita aliança com o grande capital multinacional, em contexto histórico específico. Num contexto em que o capitalismo se financeirizou à escala global, em Moçambique a formação de oligarquias nacionais passou directamente da expropriação para a especulação com recursos, sendo a responsabilidade pela reprodução social da força de trabalho atribuída às famílias e à ajuda externa.
 - Afunilamento é o resultado da aliança com o capital multinacional.
 - Porosidade é a moeda de troca para facilitar a aliança entre o capital doméstico e multinacional. O Estado é expropriado e privado da sua capacidade de prosseguir políticas económicas e sociais mais abrangentes para poder facilitar a acumulação privada de capital com uma base afunilada.
 - Ineficácia em reduzir pobreza resulta destas dinâmicas de acumulação – logo, ineficácia aumenta quando a economia, esta economia, acelera.
- O que fazer a curto e longo prazo?

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ Há pelo menos 4 abordagens, mas só uma oferece a unidade entre o curto e longo prazos.
 - ❑ Acelerar crescimento nos mesmos padrões, pois a riqueza gerada a partir de um certo ponto deve permitir resolver estes problemas. [Mas a economia não vai resolver os seus problemas estruturais apenas por ficar maior. Dada a porosidade e ineficácia na redução da pobreza, é improvável que escala resolva o problema];
 - ❑ Mais ajuda externa até os recursos naturais começarem a render em pleno, daqui a 15 anos [Simplesmente improvável]
 - ❑ Ajustamentos de curto prazo com medidas de estímulo. Por exemplo, o Banco Central tem estado a reduzir as taxas de referência, mas a elasticidade das taxas comerciais relativamente às de referência, quando estas baixam, é próxima de zero. E porque seria diferente, dada a estrutura da economia e o incentivo especulativo ao sector financeiro proporcionado pela política fiscal? Portanto, ajustamentos e curto prazo são paliativos que nem funcionam eficazmente.

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ Uma maneira diferente de pensar nas questões:
 - ❑ Foco nos problemas e não nos recursos – a nossa riqueza e a nossa vantagem comparativa são os problemas que temos para resolver. Que problemas vamos escolher e como vamos tratar deles, depende das prioridades dadas pela economia política de acumulação de capital. Vamos tratar da pobreza, desenvolvendo uma base alargada de produção, diversificada, com articulações e jusante e montante e focada na alimentação das pessoas e da economia? Ou vamos concentrar-nos na formação de oligarquias nacionais dependentes do capital multinacional e com padrões de acumulação gerados em torno desse capital, reproduzindo o que já temos? Para diferentes prioridades, diferentes soluções. O que acontece com “recursos” depende destas prioridades de classe.
 - ❑ Desmistificar sectores, em especial o papel da agricultura – “agricultura” pode ser florestas, tabaco, algodão ou comida. O sector agrícola tem expandido, mas focado em *commodities* para exportação. A questão central, portanto, não é fazer mais agricultura (ou qualquer outra actividade) mas como é que essas diferentes actividades participam no processo social de acumulação, na formação do equilíbrio entre consumo e acumulação, e na reprodução da força de trabalho. Produzir comida para promover industrialização nacional (que inclui mas ultrapassa a agricultura) é mais importante do que pensar em “agricultura” em termos gerais.

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ Os padrões e objectivos de produção também afectam não só os padrões de consumo mas as possibilidades de mudança estrutural. O que acontece na agricultura, por exemplo – o que produz, para quê e como – pode ajudar ou impedir a mobilidade de força de trabalho para outros sectores. Mais comida e mais articulação e diversidade da base produtiva geram mais oportunidades para absorção, em grande escala, de força de trabalho fora da agricultura, ao mesmo tempo que incentivam o aumento da produtividade do trabalho na produção agrícola.
- ❑ Gestão de expectativas – esta expressão está em todo o lado, das bocas dos políticos e dos capitalistas aos *media* sociais, passando pelos funcionários e muitos activistas sociais. Mas o que é que isto significa? De que expectativas, e de quem, estamos a falar e porque é que ninguém esclarece o que significa “gerir” essas expectativas? E quem as vai gerir e com base em que critérios? Até ao momento, na prática “gerir expectativas” tem significado reduzir, ou mesmo eliminar, a esperança dos pobres e dos trabalhadores em geral e concretizar as ambições do capital. Os mais necessitados têm a suas expectativas atiradas para um futuro distante e incerto, que ninguém sabe onde está, como lá chegar e se um dia o veremos. Isto é justificado com a ideia de que é absolutamente necessário, a curto prazo, satisfazer as ambições do capital e dos capitalistas. E se ousarmos “gerir expectativas” de forma inversa? E se desafiarmos a mentira de que não há riqueza gerada para usar melhor? O significado real de “gerir expectativas” é também uma opção de classe sobre prioridades, sobre problemas a resolver e sobre a produção, apropriação e o uso da riqueza.

Uma breve referência a Moçambique

- ❑ Dimensão e desafios regionais de desenvolvimento – nos últimos anos, a atenção em Moçambique tem sido desenvolvida em torno do potencial (aparentemente muito grande) de recursos energéticos. As respostas nacionais têm sido estruturadas em torno de engajar grandes multinacionais na prospecção e controlo desses recursos. A especulação com recursos têm aumentado e as datas previstas de início de exploração e início da geração de fluxos de riqueza para a economia nacional têm sido constantemente adiadas. Em relação a expectativas iniciais, as datas foram adiadas em 10 anos e a projecção de fluxos de riqueza foi ajustada para um quarto do inicial. Os gastos em infra-estruturas são tão grandes que é provável que a economia venha a pagar para ter estes recursos não renováveis extraídos para benefício das grandes multinacionais. Será que esta é a única opção? Do ponto de vista de formação de oligarquias financeiras nacionais, a curto prazo e sem muita atenção para o longo prazo, é provável que o modelo actual seja o mais prático. Mas do ponto de vista de um desenvolvimento mais amplo, talvez seja de considerar seriamente utilizar os recursos energéticos para o desenvolvimento de uma estratégia regional de industrialização na África Austral e Oriental. Será possível e viável? Em que condições e com que implicações? Não vamos saber sem considerar seriamente esta questão. Mas, certamente, será uma opção menos rendeira e especulativa e mais produtiva.

Conclusão

- ❑ A possibilidade de conciliação entre o curto e o longo prazo depende da sustentabilidade de longo prazo das medidas de curto prazo, e da relevância para o curto prazo da estratégia de longo prazo.
- ❑ Naturalmente, isto é uma questão social e política e não apenas financeira e económica, na medida em que:
 - ❑ Opções e desenvolvimento e, conseqüente, definições de prioridades, medidas de sucesso e perspectivas de curto e longo prazos têm carácter social e político, além do que se chama estritamente económico.
 - ❑ Tais opções e perspectivas têm impacto nas relações de poder, afectando, portanto, a sustentabilidade do quadro político existente.
 - ❑ Logo, a primeira questão que vem à mente, ao discutir mudança e transformação e a consistência entre o curto e o longo prazo, é a seguinte: de que base social e em que condições históricas emergem e se tornam influentes, senão mesmo dominantes, os interesses de mudança, e como é que estes se articulam e definem as prioridades em torno de problemas a resolver e como os abordar?

